



Onde está o rombo das contas públicas? No serviço público ou no sistema da dívida?

I Seminário das Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados
*“Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com
participação popular” e “Contra os juros abusivos”*
Brasília, 21 de novembro de 2023

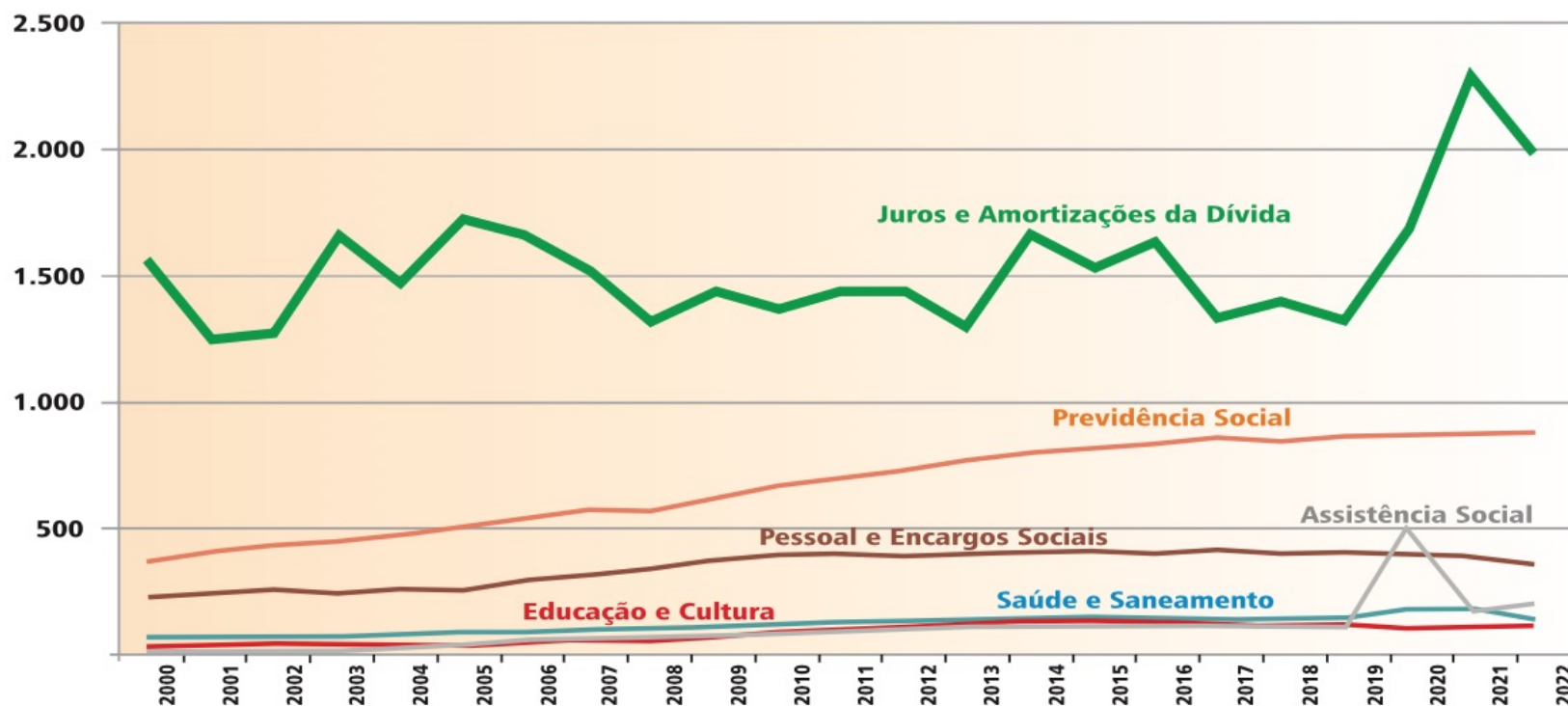
Onde está o rombo das contas públicas? No serviço público ou no sistema da dívida?

- Grande mídia e sucessivos governos alegam o peso do gasto com o serviço público e a manutenção do Estado, mas não mencionam **o maior gasto de todos que é o gasto com o Sistema da Dívida;**
- Teto de gastos (EC-95 e Lei complementar 200/2023) impõem severos limites para o gasto com todas as áreas do serviço público e investimentos públicos, porém, **deixa fora do teto os gastos com o Sistema da Dívida;**
- Servidores estão sem aumento salarial há anos, acumulam perdas inflacionárias e supressão de direitos, enquanto o país **paga os juros mais elevados do planeta aos beneficiários do Sistema da Dívida**

ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS?

Governo Federal - Gastos Selecionados de 2000 a 2022

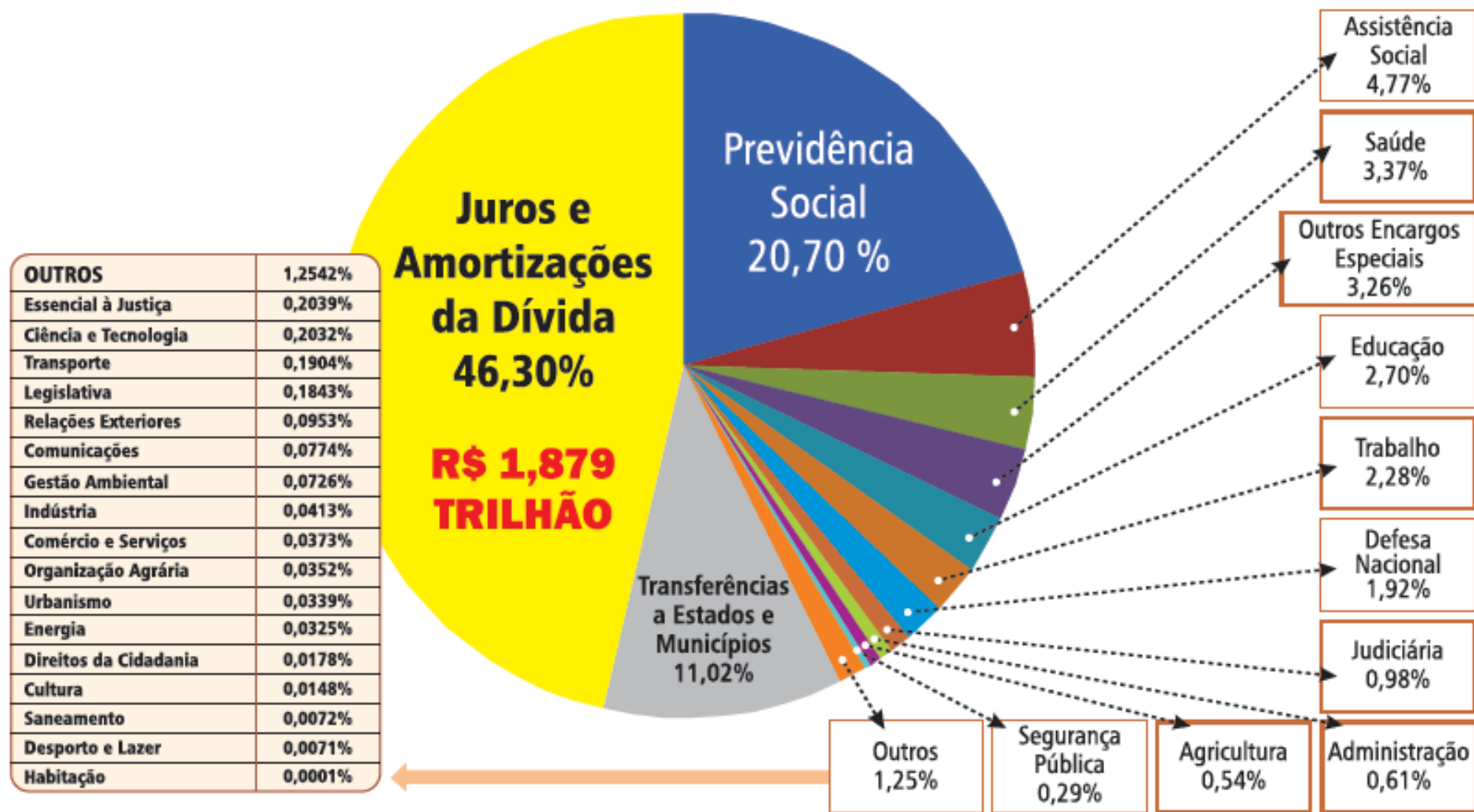
Em R\$ bilhões de 2023 - Valores atualizados pelo IPCA



Fontes: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymouse=true&sheet=SH06
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19110
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19106

Nota: A elevação dos gastos com Assistência Social em 2020 correspondeu ao pagamento do auxílio emergencial em decorrência da pandemia de Covid-19.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2022 = R\$ 4,060 TRILHÕES



O QUE OS DADOS COMPROVAM?

Diagnóstico

- **O rombo está no “SISTEMA DA DÍVIDA”**, que absorve a maior parte dos recursos e é o centro do problema das contas públicas
 - ❑ Esfera Federal
 - ❑ Esfera Estadual

Pautas governamentais

- Manutenção dos privilégios do **“SISTEMA DA DÍVIDA”**
 - ❑ ARCABOUÇO FISCAL
 - ❑ Contrarreformas, Privatizações, Esquema de Securitização e Regime de Recuperação Fiscal

ESCASSEZ DE RECURSOS PARA ÁREAS ESSENCIAIS

AgênciaBrasil

Governo quer reavaliar pisos para gastos com saúde e educação

Mudanças ocorreriam por emenda constitucional a partir de 2025

JORNAL DA USP

PORTAL DA USP FALE CONOSCO WHATSAPP ENVIE UMA PAUTA

ATUALIDADES CIÊNCIAS CULTURA DIVERSIDADE EDUCAÇÃO INSTITUCIONAL RÁDIO USP TEC

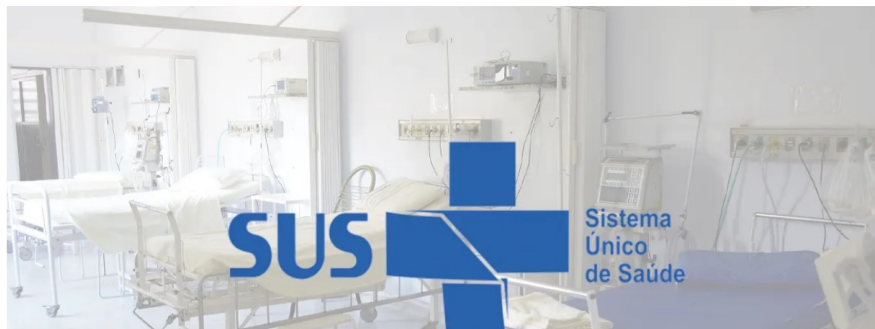
Início > Atualidades > SUS sofre com falta de financiamento e condições e estruturas precárias

SUS sofre com falta de financiamento e condições e estruturas precárias

É o que defende o professor Paulo Capel Narvai em seu livro "SUS: uma reforma revolucionária", no qual informa sobre a importância do Sistema Único de Saúde para a população

Atualidades / Jornal da USP no Ar / Jornal da USP no Ar 1ª edição / Rádio USP - <https://jornal.usp.br/?p=506293>

07/04/2022 - Publicado há 2 anos Atualizado: 08/04/2022 as 13:28



uol

Política Cotações Canal UOL Colunas SAC EMAIL ENTRE ASSIN

SAÚDE

Investimento em saúde pública cai 64% em 11 anos no Brasil, indica estudo

PUBLICIDADE

EDUCAÇÃO

Professores indicam falta de estrutura e de recursos em escolas públicas do país

Os dados são do Censo Escolar, do Ministério da Educação

Por Agências Publicado em 21 de maio de 2023 | 11h41 - Atualizado em 21 de maio de 2023 | 11h41



Especialistas apontam falta de recursos para a educação inclusiva

Número de crianças com deficiência que frequentam a educação infantil regular duplicou, de 2006 para 2022, segundo a Pnad

ESCASSEZ DE RECURSOS PARA SERVIDORES PÚBLICOS

uol Política Cotações Canal UOL Colunas SAC EMAIL ENTRE ASSINEUOL

PESO +0,59% R\$ 0,014 EURO +1,14% R\$ 5,347 BITCOIN +0,25% R\$ 180.380,81 BOVESPA +0,11% 124.773,21 PTS IPCA +0,26% Set.2023 +12,25%

ECONOMIA

São 7 anos sem reajuste para servidores, destaca Mercadante

ESTADÃO conteúdo Brasília 06/12/2022 16h47

PUBLICIDADE

agênciaBrasil



© Marcello Casal Jr/Agência Brasil/Arquivo

Geral

Servidores federais e governo não têm acordo para reajuste de 2024

Pendência na aprovação do arcabouço fiscal estaria travando negociação

Publicado em 10/08/2023 - 20:35 Por Daniela Almeida* - Repórter da Agência Brasil - Brasília

agênciaBrasil



© Antônio Cruz/ Agência Brasil

Economia

Governo propõe reajuste de 1% para servidores públicos em 2024

Orçamento terá reserva de R\$ 1,5 bilhão para aumento

Brasil de Fato 20 anos

UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

ENGLISH ESPAÑOL

INÍCIO > GERAL

RECOMPOSIÇÃO

Desvalorizados desde 2016, servidores federais lutam por reajuste salarial

METRÓPOLES

Últimas notícias Brasil DF SP Blog do Noblat Guilherme Amado Igor Gadelha Rodrigo Rangel Mario Sabino Paul

Brasil

Governo promete proposta de reajuste a servidores em dezembro

Servidores federais têm negociado com a União novo reajuste salarial. Entidades do funcionalismo público ameaçam paralisação

Eduarda Portela, Flávia Said

023 19:06, atualizado 17/11/2023 05:50

ABUNDÂNCIA NO GASTO COM JUROS



País volta a ter maior juro real do mundo mesmo com queda da Selic

Brasil ocupa a 1ª posição com taxa projetada de 6,90% para os próximos 12 meses, segundo dados da consultoria MoneYou



O Banco Central é responsável por definir a política monetária do Brasil

Houline Nascimento
6.nov.2023 (segunda-feira) - 6h30

Valor **investe**

Brasil continua com o juro real mais alto do mundo após Selic seguir em 13,75% ao ano



Brasil continua com os juros reais mais altos do mundo, mostra levantamento

Em fevereiro, taxa de juros brasileira, descontada a inflação, foi de 7,4%, a maior em um grupo de 40 países observados

O Brasil continua sendo o país com um os juros reais mais altos do mundo | CNN PRIME TIME



e | investidor

ASSINE NOSSA NEWSLE

COMPORTAMENTO

Brasil é o país com a maior taxa de juro real do mundo. Veja o ranking

Estudo inclui 156 países e considera a taxa de juros descontada da inflação esperada para os próximos 12 meses

BEATRIZ ROCHA
beatriz.conceicao@estado.com

08/12/2022, 9:05 (atualizada: 08/12/2022, 10:51)



BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA
R\$ 44,8 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-7,4	-0,07	9,1	0,09
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	44,8	0,43	41,4	0,40
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,9	0,17	17,7	0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB no mesmo caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

**R\$ 38 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-6,0	-0,07	8,6	0,10
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	40,1	0,30	38,5	0,38
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,2	0,18	17,1	0,17



**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

**R\$ 40,1 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-7,1	-0,07	9,3	0,09
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	40,1	0,40	38,0	0,38
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,5	0,18	17,4	0,18



**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

**R\$ 42,9 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-7,7	-0,08	9,4	0,09
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	42,9	0,42	40,1	0,39
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	17,4	0,17	17,2	0,17



LC 200 - "NOVO ARCABOUÇO FISCAL"

Se não enfrentar o
SISTEMA DA DÍVIDA
não tem saída...

TETO

Saúde
Educação
Previdência
Segurança
Investimentos

**SEM
LIMITE**

Juros e
mecanismos
do Sistema
da Dívida



IDEIA EQUIVOCADA apresentada por Haddad e sua equipe:

- Regra "crível"
- Sua implementação fará reduzir os juros
- Garantirá a "sustentabilidade da dívida pública"...

NA REALIDADE

- DADOS OFICIAIS E LEVANTAMENTO DO TCU COMPROVAM que dívida tem crescido por causa dos mecanismos que geram dívida e a multiplicam por ela mesma, como a "Bolsa Banqueiro", as altíssimas taxas de juros e outros
- BC não reduziu os juros
- A insustentabilidade da dívida decorre dos seus mecanismos e não dos gastos sociais!

Como serão financiados os investimentos do Projeto Nacional anunciado por Lula, considerando as travas do "Arcabouço Fiscal" ?

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-em-evento-alusivo-aos-100-dias-de-gestao-do-governo-federal-em-brasilia-df>

PPP?

Securitização ?

BNDES planeja criar programa nacional de PPPs, diz Nelson Barbosa

Segundo diretor do banco de fomento, projeto incluirá concessões para administração, manutenções de hospitais e saneamento



Nelson Barbosa (foto) disse que atual governo Lula será mais aberto a PPPs

PODER360

18.abr.2023 (terça-feira) - 9h53

Esquema de “Securitização de Créditos Públicos” desvia recursos por fora do Orçamento Público



Ver artigo “Securitização: consignado turbinado de recursos públicos”, disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

DANOS PROVOCADOS PELA CHAMADA "SECURITIZAÇÃO"

- Desvio do dinheiro dos impostos pagos pelo povo, que sequer alcançará os cofres públicos: "alienação fiduciária do fluxo de arrecadação"
- Perda de controle sobre parte crescente da arrecadação tributária: jogada contábil
- Comprometimento do orçamento público, que fica subtraído das receitas desviadas e elevados custos
- Geração ilegal de dívida pública, que é paga por fora do orçamento
- Bancos privilegiados passam a se apoderar diretamente da arrecadação tributária.



<https://bit.ly/3tFiMjZ>

Documentos do BID incentivam PPP com VINCULAÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS: securitização

mitigacao-de-risco-para-projetos.pdf
Página 24 de 99

Buscar

QUADRO 1.1 Modalidades de garantia

	Quadro comparativo	
Vinculação de receitas	Fundos garantidores	Penhor
Pontos fortes		
<ul style="list-style-type: none">• Otimiza a aplicação do fluxo de caixa do ente federado.• A tendência é utilizar FPE/FPM.• Serve como mecanismo de pagamento e/ou instrumento garantidor de pagamento.• Há precedentes judiciais e fáticos favoráveis ao uso de FPE/FPM como garantia pública.• Liquidez.	<ul style="list-style-type: none">• O uso de fundos garantidores de PPPs, por terem personalidade jurídica, natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas.• O regime de precatórios é inaplicável aos fundos garantidores de PPPs.• Fundos podem ser usados como mecanismo de pagamento e/ou instrumento garantidor de pagamento.• Liquidez.	<ul style="list-style-type: none">• Flexível. Pode ser usado em ativos de diversas naturezas.• É formalmente constituído.
Pontos fracos		
<ul style="list-style-type: none">• Repasse de FPE/FPM pode ser condicionado à regularização de débitos com o governo federal.• Recursos do FPE/FPM têm origem tributária. Há quem entenda que eles não podem constituir garantias públicas em PPPs.	<ul style="list-style-type: none">• O uso de fundos especiais contábeis, por serem estes mera segregação financeira dentro do caixa único da administração pública.• Aplica-se o regime de precatórios aos fundos especiais contábeis, por ser uma execução contra a própria administração pública.• Histórica instabilidade no pagamento de precatórios.	<ul style="list-style-type: none">• Serve apenas como instrumento garantidor de pagamento.• Criticado por implicar alienação de bem da administração pública.• Baixa liquidez.

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Todas as informações acima têm como linha de corte a data de 1º de julho de 2015.

(*) Não foram identificadas informações sobre a efetiva constituição e operacionalização dos mecanismos de garantias desses Estados. Por essa razão, consideramos tais mecanismos como não operacionais.

<https://publications.iadb.org/pt/mitigacao-de-risco-para-projetos-de-parcerias-publico-privadas-no-brasil-estruturacao-de-garantias>

Fazenda enviará projeto de securitização ao Congresso, diz secretário

Equipe econômica do governo estima arrecadação de R\$ 30 a R\$ 50 bi com proposta que permite venda de direito creditório



Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron (foto), o Ministério da Fazenda planeja finalizar as discussões sobre a proposta de securitização de recebíveis até este ano e enviá-la ao Congresso em dezembro ou no início de 2024

Governo Lula vai legalizar esquema de Securitização ???

<https://www.poder360.com.br/governo/fazenda-enviara-projeto-de-securitizacao-ao-congresso-diz-secretario/>

Novo artigo

<https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2023/10/sera-que-o-governo-vai-legalizar-o-esquema-de-desvio-de-recursos-publicos/>

NOVA TENTATIVA DE INCLUIR O ESQUEMA NA CONSTITUIÇÃO, SOB INFAME DESCULPA DE SANAR “DÉFICIT” DE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS PEC 38/2023

Art. 2º O Aporte e a securitização de receitas futuras de transferências constitucionais e créditos tributários ou não tributários já constituídos, incluídas as relativas à recuperação da dívida ativa, bem como de outros bens e direitos de qualquer natureza, aos fundos com finalidade previdenciária de que trata o art. 249 da Constituição, com o objetivo de equacionamento do déficit financeiro e atuarial dos regimes previdenciários de estados e municípios de que trata o art. 40 da Constituição, observará os parâmetros, requisitos e limites definidos pelo Ministério da Previdência.

A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

“SISTEMA DA DÍVIDA”

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU <https://bit.ly/2NTP1Jo>
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações, juros altos (!).
- Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal não serviu para investimento no país

<https://bit.ly/2NTPIJo>

Para que tem servido?



27 DE OUTUBRO, 2020

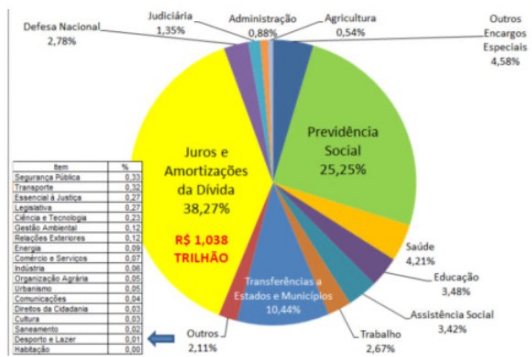
Para que tem servido a Dívida Pública que você paga?

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência CAE/Senado

<https://bit.ly/3dwIxxP>

LIVE



11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli

<https://bit.ly/39ITU24>

Artigo

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil



Maria Lucia Fattorelli

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

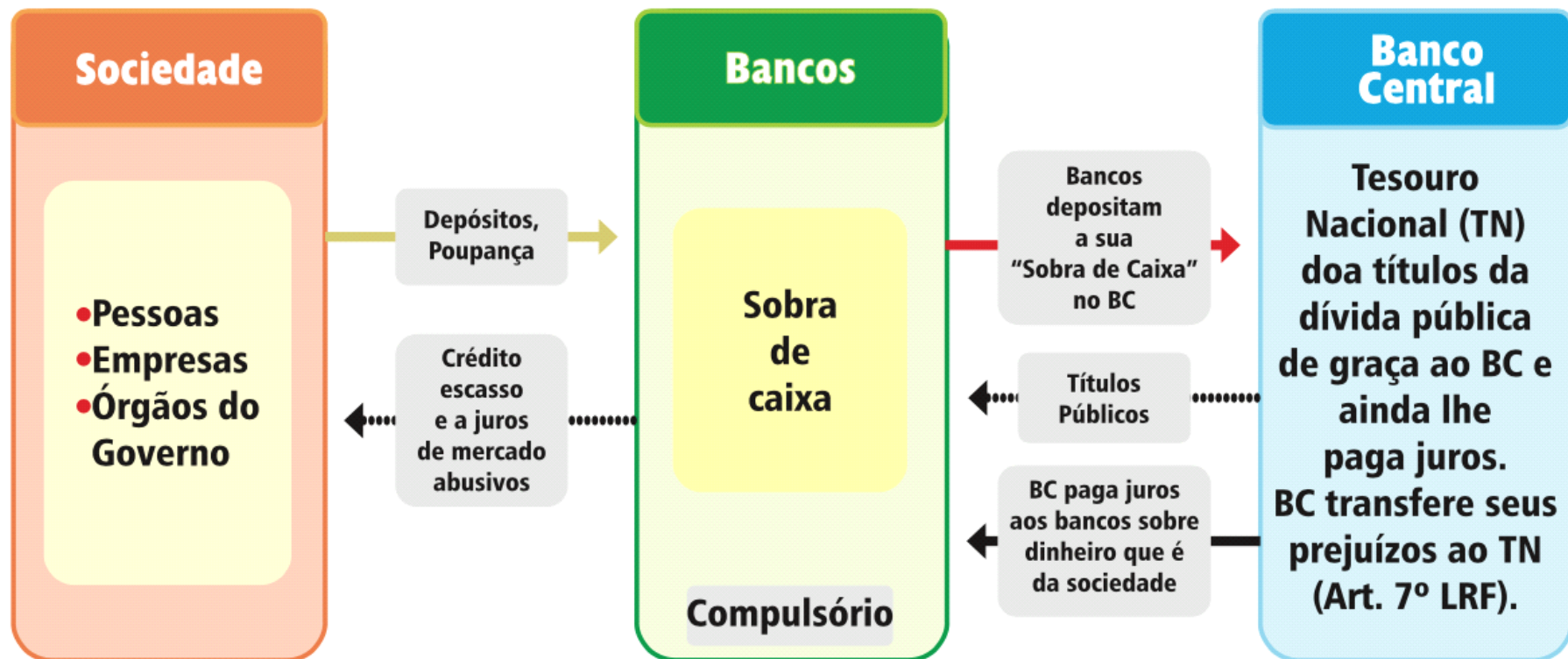


Primeira Edição 2023
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

<https://bit.ly/42HOWM3>

BOLSA-BANQUEIRO

Remuneração diária aos bancos devido ao abuso das "Operações Compromissadas" e "Depósitos Voluntários Remunerados" pelo Banco Central



Consequências:

escassez de moeda na economia, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida pública, rombo aos cofres públicos, recessão, crise e aumento recorde do lucro dos bancos.

EM VEZ DE
BOLSA-BANQUEIRO,
GOVERNO PODERIA REPARAR
PERDAS DE TODO O SERVIÇO
PÚBLICO FEDERAL



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

- Em 2022, o Banco Central pagou **mais de R\$ 180 bilhões de juros** aos bancos. Isso sem falar nos juros e amortizações da dívida pública que o Tesouro Nacional também paga aos bancos.

- Por outro lado, os servidores públicos federais reivindicam a recomposição das perdas inflacionárias acumuladas em 46,5% desde 2010, percentual este resultante da média entre 53,17% e 39,92%, reivindicados pelos respectivos blocos de servidores.

(Fonte: <https://sinasefe.org.br/site/download/consolidacao-da-pauta-de-reivindicacao-dos-servidores-publicos-federais/?wpdmdl=47214&refresh=64c3c47b8017e1690551419>)

- O volume de recursos para repor integralmente essa perda média de 46,5% seria de aproximadamente **R\$ 158 bilhões**, valor inferior ao valor gasto com a Bolsa-Banqueiro no ano passado e, adicionalmente, 12 vezes menor que o valor gasto com juros e amortizações do Sistema da Dívida em 2022.

A Dívida Pública **RETIRA** recursos das áreas sociais

A mentira do "déficit" financiado por endividamento



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

2014 a 2022

Gastos com a dívida pública (juros e amortizações) pagos com receitas de outras fontes (não relacionadas com a emissão de títulos da dívida) que poderiam financiar gastos sociais = R\$ 2,33 Trilhões

Gastos sociais pagos com receitas de títulos da dívida pública = R\$ 1,19 Trilhão

RESULTADO = No final das contas, a Dívida Pública RETIROU R\$ 1,14 Trilhão das áreas sociais no período

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Disponível em:
<https://www1.siop.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucaoOrcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06>

A FALÁCIA DO USO DA DÍVIDA PARA GASTOS SOCIAIS

No Brasil a dívida tem **SUBTRAÍDO** recursos das áreas sociais: além de consumir praticamente todos os recursos advindos da emissão de novos títulos, ainda absorve recursos provenientes de outras fontes, que poderiam ser destinados a investimentos em áreas sociais.

Ver artigos:

<https://bit.ly/2S72v8v>

<https://bit.ly/3Eq59u9>

DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA ESTÁ SUGANDO, E NÃO FINANCIANDO AS ÁREAS SOCIAIS

- Neste ano (até o dia 10/11), o pagamento de juros e amortizações da dívida pública utilizou R\$ 179 bilhões de fontes que nada têm a ver com a emissão de novos títulos da dívida.
- O caminho inverso (gastos sociais financiados pela emissão de novos títulos da dívida) representou apenas R\$ 113 bilhões.
- Portanto, no final das contas, foram R\$ 66 bilhões RETIRADOS das áreas sociais para abater a dívida pública.
- Isso desconsiderando os R\$ 1,669 trilhão gastos com a dívida pública no mesmo período, provenientes da emissão de novos títulos, que também poderiam ser destinados para investimentos sociais, como ocorre nos países desenvolvidos.

PRIVILÉGIO DOS GASTOS COM A DÍVIDA PÚBLICA EM 2023 - Orçamento Federal Executado até 16/11/23

R\$ 1,877 TRILHÃO gastos com juros e amortizações da Dívida
48% de todos os gastos federais

- **Governo Federal contabiliza grande parte dos juros como se fossem “amortizações”** (“rolagem” ou “refinanciamento”). A ACD denuncia essa manobra desde a CPI da Dívida concluída em 2010.

“Juros e Encargos da Dívida” R\$ 238 bilhões

“Amortizações” R\$ 1,639 TRILHÃO

Fonte:

https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Estimativa de gastos com juros nos primeiros 10 meses deste ano de 2023: R\$ 667 bilhões

Metodologia: Estoque da Dívida Pública Federal no início de 2023 (R\$ 8,106 trilhões) multiplicado pela taxa média anual dos primeiros 9 meses do ano (janeiro a setembro), ajustada para 10 meses.

- O Sistema da Dívida absorve todas as receitas obtidas com a venda de novos títulos, que deveriam estar sendo destinadas a investimentos sociais, e não para o pagamento de uma dívida sem contrapartida em investimentos para a população.

A CONJUNTURA ESCANCARA O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA PÚBLICA E CAMINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO AO QUE O PAÍS PRECISA

PRECISAMOS:

- ✓ Mais recursos para investimentos sociais e estrutura do Estado;
- ✓ Interromper mecanismos que geram “dívida” sem contrapartida em investimentos (Bolsa-Banqueiro, Juros elevadíssimos injustificados etc.).

O QUE FAZER?

- LIMITE DOS JUROS EM LEI
- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL
 - **Mobilização, Frente Parlamentar**

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO